



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 01  
ATO DO PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 082/2011,

DE 07 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB : Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais, em especial o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada em 24 de Junho de 2011 aprovou por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) votos contra, pelos nobres Vereadores presente à Sessão, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 e EU SANCIONO E PROMULGO a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no inciso II, combinado com o § 2º do art. 165 da CF, com o art. 166 da CE e o art. 4º da LRF, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2012, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da administração;
- II. elaboração da LOA, estrutura, organização e diretrizes;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. equilíbrio entre receitas e despesas;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 02  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

- V. critérios e formas de limitação de empenhos, nas hipóteses de frustração do cumprimento das metas de resultado fiscal (art. 9º, LRF);
- VI. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do orçamento;
- VII. constituição e utilização de reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida (RCL);
- VIII. avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior ao de vigência da própria LDO;
- IX. condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas;
- X. regras para eventual destinação de recursos à cobertura direta ou indireta de necessidade de pessoas físicas ou "déficit" de pessoas jurídicas (art. 26, LRF).
- XI – Disposições relativas à dívida pública;
- XII – Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;
- XIII- as disposições gerais.



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO  
CNPJ Nº 09.150.087/0001-58  
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
LEI Nº 007/1997

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 03  
ATO DO PODER EXECUTIVO

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2012 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2012 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes macroobjetivos constantes no PPA 2010-2013.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 04**

**ATO DO PODER EXECUTIVO**

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ primeiro: Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ segundo: Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria 42/99 do Ministério do Planejamento.

§ terceiro - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal, da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias e fundos municipais.

Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 05  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

§ primeiro: Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV e parágrafo único da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I – resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 06  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

- VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- IX – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- X – da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;
- XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- XIII – das despesas e receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
- XIV – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
- XV – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal 9.394/96, por



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 07  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVI – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIX – da aplicação dos recursos de que trata a emenda constitucional nº 25;

XX – da receita corrente líquida com base no art. 1º, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

XXI – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 08  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

XXII – Recursos destinados à gestão ambiental, com ênfase para a agricultura familiar e a preservação do patrimônio histórico-cultural e artístico local,

XXIII – Recursos destinados à assistência social geral, através de doações diversas, ajudas financeiras e outros necessários exclusivamente às famílias comprovadamente carentes do Município, ficando sujeitos à lei específica;

XXIV – da aplicação de recursos destinados à manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

§ segundo: A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – relato sucinto do desempenho orçamentário e financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e o cenário para o exercício a que se refere à proposta;

II – exposição e justificativa da política econômica e social do Governo;

III – justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, dos principais agregados;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 09  
ATO DO PODER EXECUTIVO

IV – demonstrativo da despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, confrontando a sua totalização com as receitas correntes líquidas, nos termos da Lei Complementar 101/2000.

V – Demonstrativo da receita nos termos do art. 12, da Lei Complementar 101/2000;

Art. 6º - Na lei orçamentária anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias far-se-á de acordo com a Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001, segundo a codificação funcional programática da Portaria 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão e os programas do Plano Plurianual, indicando para cada uma das unidades, o seu menor nível de detalhamento, a saber:

I – Orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

**DESPESAS CORRENTES**

**Pessoal e Encargos Sociais**



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 09  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

IV – demonstrativo da despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, confrontando a sua totalização com as receitas correntes líquidas, nos termos da Lei Complementar 101/2000.

V – Demonstrativo da receita nos termos do art. 12, da Lei Complementar 101/2000;

Art. 6º - Na lei orçamentária anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias far-se-á de acordo com a Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001, segundo a codificação funcional programática da Portaria 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão e os programas do Plano Plurianual, indicando para cada uma das unidades, o seu menor nível de detalhamento, a saber:

I – Orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

**DESPESAS CORRENTES**

**Pessoal e Encargos Sociais**



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 10  
ATO DO PODER EXECUTIVO

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

**DESPESAS DE CAPITAL**

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização e Refinanciamento da Dívida

Outras Despesas de Capital

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

Art. 7º – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2012, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio da transparência implica, além de observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.



ESTADO DA PARAIBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 11**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

Art. 8º – Fica assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 9º – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes.

Art. 10 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário

necessário para garantir solidez financeira da administração pública municipal.

Art. 11 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ primeiro: excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento da dívida fundada;

§ segundo: No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 12**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

I – Pessoal e encargos sociais – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar 101/2000;

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de

despesa, e com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público Municipal.

Art. 13 – A Abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 14 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2010-2013, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art 15 – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas de caráter continuado e obrigatórias se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas as fontes de recursos;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO  
CNPJ Nº 09.150.087/0001-58  
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
LEI Nº 007/1997

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 13  
ATO DO PODER EXECUTIVO

IV – os recursos de contrapartidas de recursos de transferências de convênios, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - A Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração Financeira, até 15 de julho de 2011, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2012, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago; e.

III – estiverem perfeitamente definidas as fontes de recursos;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO  
CNPJ Nº 09.150.087/0001-58  
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
LEI Nº 007/1997

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 13  
ATO DO PODER EXECUTIVO

IV – os recursos de contrapartidas de recursos de transferências de convênios, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - A Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração Financeira, até 15 de julho de 2011, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2012, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago; e.

III – estiverem perfeitamente definidas as fontes de recursos;



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO  
CNPJ Nº 09.150.087/0001-58  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 13  
ATO DO PODER EXECUTIVO

IV – os recursos de contrapartidas de recursos de transferências de convênios, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - A Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração Financeira, até 15 de julho de 2011, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2012, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago; e.
- VII - data do trânsito em julgado.

Art. 17 - A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 14**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

para o exercício de 2012, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 18 – A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para o pagamento da despesa com dívida municipal e com refinanciamento da dívida pública, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 19 – No exercício de 2012, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da lei Complementar 101/2002.

Art. 20 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará os servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**

**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 15**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

Art. 21 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da lei Complementar 101/2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 22 - Ficam os poderes do município autorizados a consignarem recursos necessários para atender as despesas que decorrem da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração em razão de ajuste salarial, da criação de cargos e contratações temporárias, inclusive para atender aos Programas da área de educação, saúde e assistência social, ou alterações de estrutura de carreiras e realização de concurso público, bem como da admissão de pessoal, a qualquer título, nos termos da legislação em vigor, observados o Inciso I do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e Parágrafo Único, Inciso II do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000-LRF.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 23 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias.



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 16**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

Art. 24 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alterações na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – Atualização da planta de valores genéricos do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 17**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

§ primeiro: Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo, poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ segundo: A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alteração na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária à Câmara de Vereadores poderá ser identificado, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

**CAPÍTULO VIII**

**DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E À AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS**

Art.25 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m<sup>2</sup> das construções, do m<sup>2</sup> das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, das unidades de saúde, etc (art. 4º, I, "e" da LRF).



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 18  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

§ primeiro: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, "e" da LRF).

§ segundo: os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2012 serão objeto de avaliação permanente pelos

responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

**CAPÍTULO IX**

**DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 19**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

Art. 26 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 27 – A inclusão, na Lei Orçamentária de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 28 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 29 – para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo

valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 20  
ATO DO PODER EXECUTIVO

Art. 30– Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei Orçamentária o Poder Executivo por decreto e através da Secretaria Municipal de Administração Financeira, estabelecerá cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos disposto no art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 31 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 32 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 33 – As dotações correspondentes as Despesas de Exercícios Anteriores, serão consignadas em todas as unidades orçamentárias dentro dos seus próprios programas de trabalho.

Art. 34 - A mesa da Câmara deverá encaminhar a Prefeita Municipal até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2012, observadas as disposições do art. 29-A, CF, com redação que foi dada pela EC 25/00.



ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA**  
**RUA JOSÉ QUINTINO DE MAGALHÃES, S/N, CENTRO**  
**CNPJ Nº 09.150.087/0001-58**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**LEI Nº 007/1997**

**Nº 027/2011 ANO XV SANTANA DE MANGUEIRA-PB, DE 04 A 08 DE JULHO DE 2011 PAG 21**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

Art. 35 - A proposta orçamentária para o exercício de 2012, será remetida ao Poder legislativo para apreciação até 30 de setembro e será devolvida para sanção do Prefeita até 31 de dezembro de 2011.

Art. 36. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2011, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

Art. 37- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em Santana de Mangueira, 07 de Julho de 2011.

  
**Tânia Mangueira Nitão Inácio**  
Prefeita Municipal



**ESTADO DA PARAÍBA**

**Câmara Municipal de Vereadores de Santana de Mangueira - PB**

**Casa: "Manoel Ferreira Lima"**

**Rua Nossa Senhora de Fátima 58.985-000**

**CNPJ: 10.513.130/0001-81**

**Fone/Fax (83) 3455102**

**Poder Legislativo**

**OFÍCIO CMSM Nº008/2011.**

**Srª. Prefeita.**

Venho Através de Presente Informar que em Sessão Ordinária Realizada no dia 25 de Fevereiro de 2011, Foi Aprovado por Unanimidades de Votos Pelos Nobre Vereadores Presentes a Está Sessão, o Projeto de Lei Nº002/2011, Com uma Alteração no Art. 1º o Valor de 540,00 referente aos meses de janeiro e Fevereiro de 2011. (Concede Reajuste Salarial Aos Servidores do Poder Executivo Municipal Para adequação Ao piso Mínimo Nacional, e dá Providências Correlatas).

Sem Mais para o Momento, Renovo Votos de Estima Consideração e Apreço.

**Gabinete da Presidência em 27 de Abril de 2011.**

**Arnaldo Pereira de Moura**

**Presidente**

**A Ilmo. Prefeita Municipal.  
Tânia Mangueira Nitão Inácio.  
Prefeita Constitucional**

29/04/11